

PICUM QUARTERLY Julho - setembro 2014

FRONTEIRAS

NAÇÕES UNIDAS

DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA

DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS

CUIDADOS DE SAÚDE

EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS

MULHERES INDOCUMENTADAS

CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E AS SUAS FAMÍLIAS

DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO

PUBLICAÇÕES E OUTROS RECURSOS

FRONTEIRAS

FRANÇA / Autoridades francesas e britânicas chegam a acordo de cooperação para o porto de Calais

A 20 de setembro de 2014, a ministra britânica da administração interna, Theresa May, e o seu homólogo francês, Bernard Cazeneuve, anunciaram que chegaram a um acordo de cooperação relativamente ao aumento do número de migrantes irregulares que tentam chegar ao Reino Unido através da cidade francesa de Calais. Um fundo de intervenção conjunto será criado e as autoridades britânicas comprometeram-se a gastar 15 milhões de euros durante três anos para fortalecer as medidas de segurança no porto de Calais e impedir que migrantes atravessassem as fronteiras para o Reino Unido. A cooperação policial entre os dois países será reforçada para combater as redes de contrabando e as campanhas de informação conjuntas vão ser conduzidas no sentido de desencorajar os migrantes de tentarem fazer a travessia.

Fontes: [La Voix du Nord](#), 20 de setembro de 2014 ; [The Guardian](#), 20 de setembro 2014

GRÉCIA / Procura por ajuda comunitária adicional para proteger fronteiras marítimas

A Grécia solicitou fundos adicionais à União Europeia para lidar com o crescente número de migrantes irregulares que está a tentar entrar no país, situação que se deve também aos conflitos na Síria e no Iraque. Durante uma conferência de imprensa em Atenas a 4 de setembro de 2014, o ministro da Marinha Mercante, Miltiadis Varvitsiotis, declarou que se espera que o número de migrantes indocumentados interceptados no Mar Egeu venha a triplicar – comparado com o mesmo período no último ano – até ao fim de 2014. De acordo com dados do ministério, mais de 10500 pessoas foram detidas quando tentavam atravessar a fronteira marítima da Grécia no ano de 2013. Nos primeiros oito meses de 2014 foram detidos 17 mil pessoas, a maior parte dos quais sírios. O governo grego alertou que sem os fundos necessários ou recursos

para enfrentar a onda de refugiados em rápido crescimento oriunda do Iraque e da Síria, a Grécia pode tornar-se numa "zona perigosa".

Fontes: [Ekathimerini](#), 4 de setembro 2014; [Reuters](#), 4 de setembro de 2014

LÍBIA / Planos para parceria com a UE para deter migrantes irregulares

O governo líbio e a União Europeia (UE) estão a discutir planos para deter migrantes irregulares que possam vir para a Europa através da Líbia. O primeiro-ministro líbio Adbullah Al-Thinni abordou a migração irregular numa perspectiva em ligação com a situação política, a segurança nacional e os direitos humanos durante uma reunião com representantes da UE que decorreu a 11 de julho de 2014. Das 88 mil pessoas que se crê terem chegado a Itália de barco durante 2014, estima-se que cerca de 77 mil sejam provenientes da Líbia.

Fontes: [South Africa Today](#), 12 de julho 2014; [Malta Today](#), 8 de agosto de 2014

MEDITERRÂNEO / Mais de 700 migrantes morrem no mar

Cerca de 700 migrantes morreram em dois naufrágios no Mediterrâneo entre 9 e 13 de setembro de 2014. Traficantes de seres humanos foram acusados de provocar o naufrágio de duas embarcações. Um barco que transportava perto de 500 passageiros afundou-se perto de Malta. De acordo com o testemunho de sobreviventes, os migrantes foram forçados a mudar de barcos várias vezes durante o seu trajeto para a Europa e a trocar para uma embarcação que consideraram ser insegura. Quando os passageiros se recusaram a mudar, os traficantes alegadamente empurraram o barco até o mesmo se virar. Entretanto, a 13 de Setembro, uma outra embarcação que transportava pelo menos 250 migrantes africanos afundou-se na costa da Líbia. Os naufrágios ocorreram um mês antes do aniversário da tragédia perto de Lampedusa, registada a 3 de outubro de 2013, e na qual cerca de 360 pessoas migrantes se afogaram. Em julho de 2014, cinco homens oriundos da Síria, Marrocos e da Arábia Saudita foram detidos na cidade de Messina, Sicília, por alegadamente terem morto cerca de 60 migrantes que viajavam no mesmo barco rumo a Itália. O barco partiu da Líbia a 17 de julho de 2014 com aproximadamente 700 migrantes a bordo. Segundo os sobreviventes, os tumultos começaram quando as pessoas que estavam amontoadas no barco entraram em pânico porque não conseguiam respirar devido às altas temperaturas e ao fumo do motor dos barco. À medida que os migrantes tentavam sair do compartimento, os cinco homens detidos começaram alegadamente a bater e a pontapear os passageiros e a esfaqueá-los aleatoriamente até à morte, atirando-os depois ao mar.

Fontes: [Deutsche Welle](#), 15 de setembro de 2014; [Open Letter](#), François Crépeau, Relator Especial sobre os direitos humanos dos migrantes, 29 de setembro 2014; [La Repubblica](#), 23 de julho de 2014; [The Local](#), 24 de julho de 2014

RELATÓRIOS / Perdas de vidas nas fronteiras da União Europeia

A Amnistia Internacional (AI) publicou dois relatórios que discutem a falta de proteção de migrantes e de refugiados nas fronteiras da União Europeia (UE). O relatório intitulado "O Custo Humano da 'Fortaleza Europa': violações de direitos humanos de migrantes e refugiados nas fronteiras europeias", publicado a 9 de julho de 2014, analisa as principais disposições das políticas de proteção transfronteiriça da UE e ilustra a forma como tais políticas colocam a vida dos migrantes em risco. O documento avalia o montante total gasto em políticas de proteção e de retorno de migrantes no contexto de um montante desproporcionalmente mais baixo gasto em termos da proteção desses mesmos migrantes no espaço da UE. O relatório encontra-se disponível [aqui](#). Um outro relatório publicado pela AI "Vidas à deriva: refugiados e migrantes em perigo no Mediterrâneo Central", publicado a 30 de setembro de 2014, apela ao aumento de rotas seguras e legais destinadas à Europa de modo a terminar com as mortes no mar. O relatório encontra-se disponível [aqui](#).

Fontes: [Amnesty: News](#), 9 de julho de 2014; [Amnistia Internacional](#), 30 de setembro 2014

RELATÓRIO / Dados sobre mortes de migrantes a nível global

A 29 de setembro de 2014 a Organização Internacional para as Migrações (OIM) publicou um relatório que providencia novos dados sobre as mortes de migrantes numa perspetiva global. O relatório intitulado "Viagens Fatais: Localizando Vidas Perdidas Durante a Migração" estima que mais de 40 mil pessoas tenham perdido a vida quando migravam desde o ano 2000, o que equivale a uma média de oito pessoas por dia. A investigação concluiu ainda que a Europa é o destino mais perigoso para os migrantes, custando a vida a

cerca de 3 mil pessoas desde o início de 2014 e que pelo menos 22 mil e 400 pessoas terão morrido desde 2000. O relatório foi compilado no quadro do Projeto Migrantes Desaparecidos da OIM e está disponível online [aqui](#).

Fontes: [OIM](#), 29 de setembro de 2014; [The Guardian](#), 29 de setembro 2014

NAÇÕES UNIDAS

ONU / Dia Mundial contra o Tráfico de Pessoas

As Nações Unidas declararam o dia 30 de julho de 2014 como o primeiro Dia Mundial contra o tráfico de pessoas. O objetivo é sensibilizar a sociedade para o sofrimento de milhares de mulheres, homens e crianças que são vítimas de tráfico em todo o mundo, assim como encorajar as pessoas para que se manifestem contra o crime. Nessa ocasião, o Gabinete da ONU para a Droga e Criminalidade (UNODC) publicou um [folheto](#) com factos e números sobre o tráfico de seres humanos. Para mais informação sobre este dia mundial, clique [aqui](#).

ONU / O Comité de trabalhadores migrantes junta a sua voz a apelo para o fim da detenção de famílias migrantes

A 3 de julho de 2014 a presidência do Comité de proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e membros das suas famílias emitiu uma declaração sobre o fim da detenção de crianças migrantes apelando aos estados para que acabem com a detenção de crianças e para que adotem alternativas à detenção que respondam aos melhores interesses das crianças. Leia a declaração [aqui](#).

Fonte: OHCHR Setor da Sociedade Civil, notícias sobre os Órgãos dos Tratados Nº 26, julho de 2014

DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA

PARLAMENTO EUROPEU / Audições dos Comissários indigitados

Tiveram lugar de 29 de setembro a 7 de outubro audições públicas para os cargos de comissários candidatos por parte dos diferentes comités do Parlamento Europeu. O comissário indigitado para a pasta das migrações e dos assuntos internos da Comissão Europeia, Dimitris Avramopoulos, foi ouvido no dia 30 de setembro na Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos. Avramopoulos identificou a necessidade de assegurar a proteção dos direitos fundamentais como uma prioridade de topo, no quadro da gestão migratória e do controlo de fronteiras. Além disso, sublinhou que os atuais desafios no contexto da migração não podem ser enfrentados através do estabelecimento de uma “Fortaleza Europa”, mas sim através da criação de um novo quadro de ação que permita a migração regular na Europa. O Comissário indigitado reiterou ainda a necessidade de reforçar a agência Frontex e de criar de forma eficiente um novo sistema de Guarda de Fronteiras Europeu, baseado no princípio da solidariedade e com o objetivo de assistir as autoridades nacionais no controlo fronteiriço.

Fonte: [Parlamento Europeu](#), 30 de setembro 2014

COMISSÃO EUROPEIA / Nova operação da Frontex no Mediterrâneo

Cecilia Malmström, a comissária dos Assuntos Internos da União Europeia, anunciou a 27 de agosto de 2014 que a nova operação no Mediterrâneo vai ser lançada em novembro de 2014 pela agência europeia de controlo de fronteiras (Frontex). A operação Triton tem um custo inicial estimado em 20 milhões. A operação não vai substituir *Mare Nostrum* lançada pela Itália em 2013, mas será antes complementada e dependente dos recursos dos Estados-membros e das restrições orçamentais.

Fontes: [EU Observer](#), 3 de setembro 2014; [The Guardian](#), 29 de agosto 2014; [UNHCR](#), 26 de agosto 2014

CONSELHO DA EUROPA / Apelo para defender o acesso universal a cuidados de saúde

No dia 7 de agosto de 2014 o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa, Nils Muižnieks, apelou ao acesso universal a cuidados de saúde baratos e de alta qualidade. Muižnieks sublinhou que o

acesso a cuidados de saúde tem sido comprometido pelas medidas de austeridade aplicadas durante a crise económica e que é necessário aplicar uma abordagem mais centrada nas pessoas e nos seus direitos humanos. Nils Muižnieks assinalou que muitas pessoas estão a ser coagidas a regressar ao seu país de origem apesar das preocupações de saúde, mesmo quando nem sempre é claro se o tratamento necessário se encontra disponível nesse país. O comissário expressou ainda preocupação relativamente às barreiras que impedem as crianças de terem acesso a cuidados de saúde, referindo-se ao [aviso da Organização Mundial de Saúde](#) quanto aos possíveis efeitos de longo prazo da pobreza extrema na sua saúde física e emocional. Para ler o comentário na íntegra, clique [aqui](#). ([Versão em francês](#)).

DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS

ALEMANHA / Polícia federal reporta aumento na migração irregular

A polícia federal alemã reportou um grande aumento no número de pessoas que entram no país de forma irregular. Na ocasião da apresentação do relatório anual da polícia federal em meados de agosto, a polícia salientou que cerca de 33000 entradas irregulares foram registadas, o que significa um aumento de quase 27% quando comparado com o ano anterior. Entretanto, a União Social Cristã (CSU), um partido conservador da Bavaria, irmão da União Democrática Cristã (CDU), exigiu que sejam reintroduzidos os controlos na fronteira da Alemanha com a Austrália para prevenir a entrada de migrantes africanos na Alemanha através da Itália. Os legisladores social-democratas criticaram a proposta por promover uma política de seclusão.

Fontes: [Die Welt](#), 14 de agosto de 2014; [Der Spiegel](#), 9 de setembro de 2014

ITÁLIA / INVESTIGAÇÃO / Legislação e políticas sobre direito a serviços para migrantes em situação irregular em Itália

Em setembro de 2014 Sarah Spencer, bolsista *Open Society* do Centro de Migração, Políticas e Sociedade (COMPAS) da Universidade de Oxford, publicou juntamente com Nicola Delvino um relatório intitulado "Migrantes em situação irregular em Itália: Legislação e Políticas sobre direito a serviços". O texto discute a política italiana e o contexto legislativo sobre migração irregular bem como serviços legais para migrantes irregulares. O relatório é parte do [estudo COMPAS](#) mais abrangente que explora a extensão e motivos para os direitos à prestação de serviços para migrantes com estatuto de imigração irregular nos países da UE. Para ver o relatório completo, clique [aqui](#).

PAÍSES BAIXOS / RELATÓRIO / Relatório anual do relator nacional de Tráfico Humano nos Países Baixos

A relatora nacional dos Países Baixos sobre Tráfico Humano e Violência Sexual contra crianças, Corinne Dettmeijer, publicou o seu relatório anual a 17 de setembro de 2014 onde discute o estado do tráfico humano no país e recomenda estratégias eficazes para o combater. O relatório também foca a necessidade do governo melhor identificar e proteger as vítimas. O relatório aborda propostas para criminalizar a residência irregular nos Países Baixos, mas argumenta que um estatuto de residência irregular nunca deverá desresponsabilizar a polícia de informar potenciais vítimas acerca das proteções pertinentes e sublinha que ser vítima de tráfico humano tem precedência sobre a situação irregular da pessoa. O relatório completo está disponível [aqui](#).

REINO UNIDO / Verificações de estatutos de imigração envolvendo senhorios privados a serem implementados em Dezembro

No dia 3 de setembro de 2014 o ministério da administração interna anunciou a introdução da primeira fase do esquema "direito a arrendar" que exige que, a partir de dezembro de 2014, os senhorios privados nas *West Midlands* paguem multas até 3000 libras caso não verifiquem o estatuto de migração dos seus novos arrendatários. A medida faz parte de um pacote do Ato de Imigração de 2014 que foi anunciado durante o discurso da Rainha de 2013. A Associação de Senhorios Residenciais opôs-se à medida, argumentando que a verificação do estatuto de migração é responsabilidade da Agência de Fronteiras do Reino Unido e que os senhorios privados não devem ser usados como garante do cumprimento das leis de imigração.

Fonte: [The Guardian](#), 3 de setembro de 2014

REINO UNIDO / Testes de residência para apoio legal são considerados ilegais

A 15 de julho de 2014 o Supremo Tribunal do Reino Unido declarou, por unanimidade, que o plano do Governo para aplicar um teste de residência para apoio judiciário era discriminatório, ilegal e injustificado pelo erário público. A revisão judicial foi trazida pelo Projeto de Direito Público (PDP) e foi decidido no mesmo dia em que 33 organizações emitiram uma declaração conjunta incitando o Parlamento a rejeitar as medidas. De acordo com a breve declaração e com advogados para o PDP, o teste teria efetivamente bloqueado apoio legal a grupos particularmente vulneráveis de moradores recentes, incluindo mulheres que fugiram de violência doméstica, crianças em idade pré-escolar, pessoas sem-abrigo e vítimas de tráfico e outros crimes.

Fontes: [The Guardian](#), 15 de julho de 2014; [Migrants Rights Network](#), 15 de julho de 2014; [Migrants Rights Network](#), 15 de julho de 2014

CUIDADOS DE SAÚDE

ESPANHA / Organizações não governamentais (ONG) exigem que governo espanhol retroceda na restrição ao acesso a cuidados de saúde a migrantes indocumentados

Para marcar o segundo aniversário da entrada em vigor do Ato do Decreto Real espanhol que restringe o acesso a cuidados de saúde a migrantes indocumentados, um grupo de ONG enviou uma carta à ministra da Saúde espanhola, Ana Mato, pedindo que revogasse a legislação e assegurasse novamente os cuidados de saúde a migrantes indocumentados. As organizações argumentaram que a Espanha falhou no cumprimento das recomendações de vários instrumentos das Nações Unidas e do Conselho da Europa, que pediram a reforma do decreto.

Fontes: [Europa Press](#), 3 de setembro de 2014; [El País](#), 2 de setembro de 2014

SUÉCIA / Estudo revela causas de morte de migrantes indocumentados

Investigadores do Departamento de Saúde das Mulheres e Crianças, Saúde Maternal e Infantil Internacional (IMCH) da Universidade de Uppsala, na Suécia, realizaram um estudo sobre as causas de morte de migrantes indocumentados no país entre 1997 e 2010. A investigação foi baseada em certidões de óbito emitidas nesse período, mas nunca incluídas no Registo de Causas de Morte do país. Embora as principais razões para a morte entre os migrantes indocumentados sejam causas externas, os investigadores destacaram que a desigualdade no acesso a cuidados de saúde, em comparação com os residentes, fez uma diferença substancial nas causas de morte. Baseado neste resultado, os investigadores notaram que as ambiguidades legais em matéria de prestação de cuidados de saúde devem ser abordadas se se quiser alcançar a equidade na saúde num país conhecido pela sua cobertura universal de saúde.

Fonte: [Global Health Action](#), 3 de junho de 2014

REINO UNIDO / Ministério da administração interna torna cuidados de saúde perigosos para migrantes

O ministério da administração interna usou registos de pacientes do banco nacional do sistema nacional de saúde para detetar migrantes irregulares. Um relatório do Centro de informação de saúde e cuidados sociais revela a regularidade desta prática. Desde 2010 que o ministério da administração interna requisitou mais de 12587 registos, dos quais teve acesso a mais de 6900 casos. Sob a lei de proteção de dados, os registos médicos são confidenciais. Contudo, o ministério da administração interna tirou vantagem da isenção dos funcionários em receberem informação sobre o lugar e o período em que os pacientes usaram os serviços de saúde.

Fonte: [The Guardian](#), 13 de julho de 2014

EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS

GRÉCIA / Tribunal de Patras emite veredito sobre tiroteio de trabalhadores migrantes em Manolada

A 17 de abril de 2013, durante uma disputa por falta de pagamentos numa plantação de morangos em Manolada, na Grécia, deu-se um tiroteio que atingiu 155 trabalhadores migrantes do Bangladesh. No dia 30 de julho de 2014 o júri misto grego do tribunal de Patras emitiu a sua decisão final sobre o caso. O tribunal absolveu dois dos quatro homens em julgamento por dispararem e ferirem 35 dos 155 trabalhadores

migrantes. Nenhum dos quatro acusados foi considerado culpado de tráfico de seres humanos. Um dos capatazes foi condenado a um termo de prisão de 14 anos e sete meses por danos corporais graves, enquanto outro recebeu uma sentença de oito anos e sete meses como cúmplice no crime. A decisão provocou críticas, tanto a nível nacional, no seio do Parlamento grego, bem como a nível europeu.

Fontes: [The Guardian](#), 31 de julho de 2014; [The Independent](#), 31 de julho de 2014; [Ekathimerini](#), 31 de julho de 2014

IRLANDA / Nova legislação aborda lacuna de salários não pagos

A Lei de Permissões de Emprego (Emenda) de 2014 entrou em vigor no dia 1 de setembro de 2014 e visa aumentar a prevenção da exploração de trabalhadores migrantes em situação irregular na Irlanda. A nova legislação pretende corrigir as deficiências da lei anterior, destacadas em 2012 no [julgamento do Tribunal Superior](#) que anulou um prémio de 92000 euros de salários em atraso a um trabalhador em situação irregular. A nova legislação permite que trabalhadores explorados tomem medidas legais contra os seus empregadores por salários não pagos e impede que os empregadores beneficiem de anteriores incumprimentos de contrato. Para ler a nota explicativa da Lei, clique [aqui](#).

Fontes: [The Journal](#), 17 de junho de 2014; [The Journal](#), 24 de abril de 2014

REINO UNIDO / Decisão do Supremo Tribunal: Alegação de discriminação mantida apesar de contrato de trabalho ilegal

O Supremo Tribunal do Reino Unido emitiu um [acórdão](#) no caso "Hounga v Allen e outro" no dia 30 de julho de 2014. O caso diz respeito a uma reivindicação de discriminação apresentada pela sr.ª Hounga, uma nacional nigeriana sem documentação que reside no Reino Unido. A sr.ª Hounga foi submetida a graves abusos físicos enquanto esteve empregada pela sr.ª Allen, durante 18 meses, como trabalhadora doméstica. Após ser violentamente despejada da casa pela sua empregadora, a sr.ª Hounga apresentou uma queixa de discriminação contra a sr.ª Allen. O Supremo Tribunal do Reino Unido decidiu, por unanimidade, que a alegação de discriminação da sr.ª Hounga pode ser admissível, visto que a ilegalidade do contrato devido ao seu estatuto irregular não estava suficientemente ligada ao ato de discriminação para derrotar a alegação. O acórdão está disponível [aqui](#).

EUA / Ferramenta para apoiar trabalhadores migrantes nos processos de recrutamento e emprego

O Centro para os Direitos dos Migrantes (CDM), que tem escritórios nos EUA e México, lançou uma nova ferramenta no dia 30 de setembro de 2014, que utiliza tecnologia e arte para aumentar a transparência e combater abusos em programas de trabalhadores estrangeiros. 'Contratados', com o mesmo nome do processo de contratação sob um programa de trabalho temporário, é direcionado especificamente para os trabalhadores do México, mas pode ser usado por trabalhadores de todas as origens e categorias de vistos. Com um *site* interativo, uma linha direta, bandas desenhadas e uma campanha de rádio transnacional, o programa fornece aos trabalhadores os recursos para obterem informação sobre o processo de recrutamento e emprego com maior segurança. Usando um *site* de *crowdsourcing* e uma linha direta de acompanhamento, os próprios trabalhadores podem escrever críticas de recrutadores e empregadores e coletivamente preencher lacunas críticas em informações publicamente disponíveis sobre recrutamento internacional de trabalho. Para obter mais informações sobre a ferramenta, clique [aqui](#).

MULHERES INDOCUMENTADAS

CONCELHO DA EUROPA / Entrada em vigor da 'Convenção de Istambul'

No dia 1 de agosto de 2014 a [Convenção do Conselho da Europa de prevenção e combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica](#) entrou em vigor. Também conhecida como 'Convenção de Istambul', este é o primeiro Tratado Europeu que visa especificamente a violência contra as mulheres e a violência doméstica. A Convenção estabelece e chama à implementação normas juridicamente vinculativas para prevenir a violência contra as mulheres, proteger sobreviventes e punir perpetradores. A Convenção proíbe a discriminação em termos do estatuto de migração e exige que os Estados garantam a disponibilidade de serviços, tais como linhas diretas, abrigos, assistência médica, aconselhamento e assistência jurídica. Para comemorar a entrada em vigor

desta Convenção, o ministério italiano dos negócios estrangeiros, a Câmara dos Deputados italiana e o Conselho da Europa organizaram uma conferência em Roma no dia 19 de setembro de 2014. Para ver as apresentações do evento, clique [aqui](#).

Fonte: [Council of Europe](#), setembro 2014

MARROCOS / ESPANHA / Exploração e abuso de mulheres migrantes

De acordo com relatos, mulheres migrantes subsaarianas, principalmente vindas da Nigéria, são sistematicamente abusadas e exploradas no seu caminho para Europa. A maioria das mulheres ficam na Argélia ou em Marrocos com o objetivo de alcançar Melilla e entrar em território espanhol. De acordo com Carlos Montero, diretor do Centro de Recepção de Migrantes (CETI) em Melilla, quase todas as mulheres nigerianas que chegam de Marrocos sofreram abuso sexual. No entanto, de acordo com a Comissão Espanhola para Assistência aos Refugiados em Euskadi (*Comisión de Ayuda al Refugiado en Euskadi - CEAR-Euskadi*) dos 40 pedidos de asilo de mulheres vítimas de tráfico processados entre 2009 e 2013 - 29 dos quais eram da Nigéria - nenhum foi aprovado. Um relatório da *Women's Link Worldwide* descobriu que as autoridades espanholas deportam frequentemente as potenciais vítimas de tráfico.

Fonte: [El País](#), 18 de julho de 2014, [Women's Link Worldwide](#), julho de 2014

REINO UNIDO / "Usando CEDAW na Legislação: trazendo os direitos das mulheres para casa"

O "Grupo Jurídico de Trabalho CEDAW", uma iniciativa popular, produziu o guia "Usando CEDAW na Legislação: trazendo os direitos das mulheres para casa". O guia sobre a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) explica como argumentar os pontos da CEDAW efetivamente nos processos internos. Para realçar formas do CEDAW ser útil na defesa dos direitos das mulheres migrantes no Reino Unido, o guia explora o exemplo da utilização da CEDAW para desafiar as condições de detenção de mulheres migrantes. Mais informações sobre esta iniciativa estão disponíveis [aqui](#). Para fazer *download* do guia, clique [aqui](#).

CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E SUAS FAMÍLIAS

LIVRO / A vida social e económica de jovens migrantes indocumentados

"Indocumentados: A Vida Social e Económica de Jovens Migrantes Indocumentados" (*Sans Papiers: The Social and Economic Lives of Young Undocumented Migrants*) combina um relato contemporâneo dos debates teóricos e políticos em torno da migração indocumentada com uma análise aprofundada das experiências vividas pelos migrantes indocumentados no Reino Unido. Baseado nas suas vozes, o livro, escrito por Alice Bloch, Nando Sigona, Roger Zetter, permite compreender os processos migratórios, experiências em função do género e as aspirações dos migrantes. Movendo-se entre a singularidade da experiência individual e da busca de pontos comuns, o livro explora as ambiguidades e contradições de ser um imigrante indocumentado. Para mais informações, clique [aqui](#).

PESQUISA / Respostas a nível das cidades às famílias migrantes com acesso restrito a benefícios sociais

Jonathan Price, investigador principal e Sarah Spencer, bolsista da *Open Society* no Centro para a Migração, Política e Sociedade (COMPAS) na Universidade de Oxford, publicaram em setembro de 2014 o seu relatório "Respostas a nível das cidades às famílias com acesso restrito a benefícios sociais: Um estudo-piloto europeu (*City-level responses to migrant families with restricted access to welfare benefits: A European pilot study*)". A pesquisa centra-se em duas cidades europeias – Berlim e Madrid – analisando como as leis e políticas nestas duas cidades enquadram os direitos e exclusões a benefícios sociais para as crianças migrantes e suas famílias e as formas em que o Estado e as ONG têm dado resposta a todos os problemas que estas exclusões criam. O estudo também incide sobre a situação particular dos migrantes irregulares descrevendo o acesso limitado aos serviços ou ainda a exclusão aos direitos e serviços como alojamento. Para aceder ao sumário em inglês, clique [aqui](#). Para aceder ao relatório completo, clique [aqui](#).

RELATÓRIO / Novo relatório sobre a qualidade da assistência jurídica prestada às crianças desacompanhadas

Em julho de 2014 o Conselho Europeu para os refugiados e exilados divulgou um relatório comparativo que analisa a legislação e a prática de acesso à assistência legal para as crianças desacompanhadas na Áustria, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Itália, Espanha e Reino Unido. O relatório intitulado “Direito à justiça: qualidade da assistência jurídica prestada às crianças desacompanhadas (Right to Justice: Quality Legal Assistance for Unaccompanied Children)” demonstra que, apesar da assistência jurídica estar prevista na lei, em diversos procedimentos de migração e asilo raramente está disponível nos casos em que a idade da pessoa é contestada ou durante a avaliação da idade. Pode fazer o *download* do relatório e ver os resultados por país [aqui](#).

EUA / Violência é o grande motor da vaga de migração de crianças da América Central

A violência dos gangues e o assassinato de membros da família nos países de origem têm sido relatados como as principais razões para o grande aumento da chegada de crianças migrantes de países da América Central aos Estados Unidos da América. Estas crianças acabam por ser apanhadas e detidas. Estima-se que no ano fiscal de 2014 cheguem, de forma irregular, mais de 90000 crianças (em comparação às 24493 apreensões no ano fiscal de 2013). Enquanto muitas crianças estão desacompanhadas, algumas vêm com as suas mães. Entretanto, a 2 de setembro de 2014, o Departamento de Segurança Interna divulgou um relatório contrariando as alegações de “abusos sistemáticos” contra as crianças migrantes indocumentadas. O relatório surgiu após acusações de que as crianças indocumentadas foram sujeitas a abusos verbais, negação de acesso a cuidados médicos e detidas em “celas insalubres, superlotadas e muito frias”.

Fontes: [Latin Times](#), 1 de agosto de 2014; [New York Times](#), 9 de julho de 2014; [New-York Times](#), 2 de setembro de 2014

DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO

UE / Deliberação contra o uso de prisão como centro de detenção para migrantes

O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) deliberou, a 17 de julho, nas suas decisões sobre os casos comuns de [Bero and Bouzalmate](#) e o caso de [Pham](#), contra a prática de detenção de nacionais de países terceiros que aguardam a deportação nas prisões regulares. A sra. Bero, o sr. Bouzalmate e a sra. Pham foram todos mantidos em prisões, junto aos condenados por infrações penais na Alemanha. O tribunal decidiu que o uso de prisões não era justificado, mesmo nas regiões em que não esteja disponível nenhuma instalação especial para a detenção de migrantes ou em que o indivíduo tenha consentido na sua detenção numa prisão. A sentença seguiu as provisões da [Diretiva de Retorno da UE](#) que estabelece que qualquer detenção de um nacional de um país terceiro a aguardar pela deportação, deve ter lugar numa instalação especializada e apenas em circunstâncias excepcionais podem ser utilizadas as instalações prisionais. O tribunal determinou igualmente que, caso seja necessária uma extensão do período de detenção de uma pessoa, a duração da extensão não deve ultrapassar os 12 meses.

Fontes: [EU Court of Justice Press Release](#), 17 de junho de 2014; [EU Law Analysis](#), 21 de julho de 2014

PAÍSES BAIXOS/ Alterações na lei em matéria de detenção de crianças desacompanhadas

A lei dos estrangeiros nos Países Baixos foi alterada para limitar a detenção das crianças desacompanhadas. De acordo com a lei, as crianças desacompanhadas só podem ser detidas em circunstâncias excepcionais e pelo menor período de tempo possível. Apenas as seguintes circunstâncias são consideradas como excepcionais: se as crianças forem suspeitas ou condenadas por cometer um crime; se a sua deportação for efetuada no prazo máximo de 14 dias; se anteriormente já tiverem fugido de um centro de acolhimento ou salvo se não tiverem cumprido as medidas que restringiram a sua liberdade; se houver dúvida sobre a idade da criança, podem ser detidas até que sua idade seja determinada. A lei permite ainda que as crianças indocumentadas sejam detidas com os seus pais em instalações adaptadas para crianças. A Resolução do Ministro da Segurança e da Justiça, de 29 de agosto de 2014, edição WBV 2014/27, que altera os a Lei dos estrangeiros 2000, entrou em vigor em 1 de setembro de 2014, e pode ser lido [aqui](#).

Fonte: Stichting LOS, Newsletter Volume 4 Number 19, 15 de setembro de 2014

EUA / ALEMANHA / Funcionários de empresas de segurança privada abusam de migrantes e requerentes de asilo em estabelecimentos fechados

Advogados no Texas, nos Estados Unidos, preencheram e apresentaram uma queixa ao Serviço de migração e controlo das fronteiras e ao departamento de segurança interna, alegando abuso e assédio sexual cometido por pelo menos três guardas e funcionários do estabelecimento de gestão privada “Centro Residencial do condado Karnes 537-camas”. Várias mulheres detidas no estabelecimento declararam que o pessoal do Grupo GEO, que opera este centro, abusou sexualmente delas. Da mesma forma, um caso de abuso de requerentes de asilo por funcionários de uma empresa de segurança privada num lar de requerentes de asilo na Renânia do Norte-Vestefália, na Alemanha, fez as manchetes. Imagens que mostram funcionários da empresa europeia *Homecare* a humilhar fisicamente os requerentes de asilo foram enviadas à polícia por um jornalista local em setembro de 2014. O incidente provocou um debate sobre a intervenção de empresas privadas de segurança para a proteção de pessoas, bem como sobre a alocação insuficiente de recursos aos municípios para alojamento dos migrantes, requerentes de asilo e refugiados.

Fontes: [Associated Press](#), 2 de outubro de 2014; [My San Antonio](#), 6 de outubro de 2014; [Die ZEIT](#), 29 de setembro de 2014

REINO UNIDO / Inquérito Parlamentar sobre a detenção de migrantes

Um inquérito parlamentar sobre a utilização da detenção dos migrantes foi lançado no Reino Unido a 7 de julho, realizado em conjunto pelo Grupo Parlamentar Inter-partidário para os Refugiados e o Grupo Parlamentar Inter-partidário para a migração. O inquérito deverá centrar-se nas condições nos centros de detenção, no impacto em cada detido e suas famílias, nas consequências financeiras e sociais mais amplas e no futuro papel da detenção no sistema de migração.

Fontes: [Migrants Rights website](#), 29 de julho de 2014; [The Detention Inquiry website](#)

REINO UNIDO/ Decisão do Supremo Tribunal: Sistema de detenção de requerentes de asilo por procedimento acelerado é ilegal

A *Detention Action*, uma instituição de caridade do Reino Unido que apoia pessoas detidas por motivos de migração, contestou a legalidade da política e prática de “detenção por procedimento acelerado” (DPA) do secretário de estado do departamento interno. O tribunal deliberou que o sistema DPA era realmente injusto e ilegal, devido à falta de tempo suficiente para o aconselhamento jurídico adequado. O tribunal consequentemente enfatizou que o elevado risco de parcialidade poderia ser removido da DPA pela instrução prévia dos advogados. A sentença final está disponível [aqui](#).

Fonte: [Detention Action](#), 9 de julho de 2014

EUA / Advogados confirmam que presidente Obama possui autoridade legal para proteger migrantes indocumentados da deportação

Mais de 100 advogados de migração nos Estados Unidos assinaram uma [carta](#) ao presidente Barack Obama, a 3 de setembro de 2014, argumentando que ele tem ampla autoridade legal para agir para proteger temporariamente grupos adicionais de serem deportados. Em conclusão, os advogados argumentam que a administração Obama tem autoridade legal para usar o poder discricionário do Ministério Público como uma ferramenta para a gestão de recursos e proteção de pessoas que residem e, de maneira significativa, contribuem para os Estados Unidos. A conclusão dos advogados indica que o presidente Obama pode alargar o decreto-lei diferido para a chegada de crianças (Deferred Action for Childhood Arrivals - DACA) para outros grupos, como os migrantes irregulares que são pais de cidadãos americanos. "DACA" é um memorando de autoria da administração Obama, de 15 de junho de 2012, que protege temporariamente da deportação jovens migrantes irregulares que vieram para os Estados Unidos quando eram crianças.

Fonte: [The Washington Post](#), 3 de setembro de 2014

PUBLICAÇÕES E OUTROS RECURSOS

RELATÓRIO / Acesso à habitação e abrigo para migrantes indocumentados na Europa

Por ocasião do Dia Mundial da Habitação, a 6 de outubro de 2014, a Plataforma para a cooperação internacional sobre migrantes indocumentados (PICUM), em conjunto com a Federação Europeia de Organizações Nacionais, que trabalham com pessoas sem-abrigo (FEANTSA), e a Rede Europeia Anti Pobreza (EAPN) lançaram o seu novo relatório resumindo as estratégias e boas práticas para ultrapassar as barreiras que impedem os migrantes indocumentados de acederem à habitação e abrigo. O relatório, que está disponível em inglês, espanhol e em francês é o resultado de uma conferência conjunta entre as organizações em matéria de habitação e falta de moradia dos migrantes indocumentados na Europa, realizada em Bruxelas em junho de 2013. O relatório está disponível [aqui](#).

GUIA EDUCATIVO / Abordagem da migração irregular na sala de aula

A PICUM lançou um novo guia de educação sobre as realidades que os migrantes indocumentados enfrentam em toda a Europa. O guia de ensino, que está disponível em inglês, francês e espanhol, mostra como o web documentário da PICUM "Indocumentário" ("Undocumentary": www.undocumentary.org), que mostra as realidades quotidianas que os migrantes indocumentados que vivem na Europa enfrentam, pode ser utilizado na sala de aula. Para ver o guia, clique [aqui](#).

GLOSSÁRIO PARA MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL / Definição de terminologias e diretrizes para elaboração de relatórios sobre migração

O "Glossário amigo dos meios de comunicação social sobre Migração" foi oficialmente apresentado pela Aliança das Civilizações das Nações Unidas (UNAOC) e o Instituto Europeu Panos (IPE), durante o Sexto Fórum Mundial da UNAOC, em Bali a 29 de agosto de 2014. O objetivo do glossário é garantir linguagem adequada sobre a migração nos meios de comunicação social e para conceder explicações sobre as definições aos jornalistas e editores. Afirmando que "o termo" imigrante ilegal "nunca deve ser usado", o glossário dos meios de comunicação social está disponível para download [aqui](#).

KIT DE FERRAMENTAS / Informações sobre a participação na Europa 2020 e no Semestre Europeu

A Aliança da UE para um Semestre Europeu Democrático, Social e Sustentável (Semester Alliance) publicou o seu "Kit de ferramentas para a participação na Estratégia Europa 2020 e do Semestre Europeu", em julho de 2014. O kit de ferramentas explica o Semestre Europeu e fornece os contactos, listas de partes interessadas, modelos de carta e um glossário de termos e siglas. O objetivo é auxiliar as organizações e outros intervenientes a participarem na Estratégia Europa 2020, que visa retirar pelo menos 20 milhões de pessoas da pobreza até 2020. O Semester Alliance é uma ampla coligação que reúne as principais organizações da sociedade civil da Europa e sindicatos e é coordenado pela Rede Europeia Anti Pobreza (EAPN). Para ver o kit de ferramentas clique [aqui](#). Para saber mais sobre o Semester Alliance clique [aqui](#).